DELIBERAÇÃO AC01 - 1771/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/10970/2014
PROTOCOLO	: 1508252
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIO
CONCEDENTE	: SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO	: JOSÉ CHADID
CONVENENTE	: ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES UNIDOS VENCEREMOS
VALOR	: R$. 306.830,00
RELATOR	: CONS. JERSON DOMINGOS

EMENTA: CONVÊNIO – PRESTAÇÃO DE CONTAS – FUNDEB – EDUCAÇÃO INFANTIL – APLICAÇÃO DOS RECURSOS – HOMOLOGAÇÃO – PUBLICAÇÃO – REMESSA DE DOCUMENTOS – TEMPESTIVIDADE – REGULARIDADE.

É regular a prestação de contas do convênio na qual foram atendidas as condições estipuladas nas cláusulas e os recursos foram devidamente aplicados, com a homologação do ordenador de despesas, de acordo com as determinações legais, sendo publicado e encaminhados os documentos ao Tribunal de Contas no prazo legal.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 18ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, de 12 de setembro de 2017, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em declarar a regularidade Prestação de Contas do Convênio n. 104/2013, celebrado entre o Município de Campo Grande, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED e a Associação Clube de Mães Unidos Venceremos.

Campo Grande, 12 de setembro de 2017.

Conselheiro **JERSON DOMINGOS** – Relator.

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos – Relator

Em exame a prestação de contas do Convênio nº 104/2013, celebrado entre o Município de Campo Grande, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a Associação Clube de Mães Unidos Venceremos, visando o repasse financeiro oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, para facultar despesas de custeio realizadas ou a realizar na Educação Infantil de 1 ano e 4 meses a 3 anos e 11 meses.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-9454/2015 (fls. 257-259), opinou pela regularidade da prestação de contas do Convênio em análise.

Por sua vez o Ministério Público de Contas, emitiu seu Parecer PAR – 4ª PRC – 4811/2017 (fls. 280-285), pela irregularidade e ilegalidade da prestação de contas da execução do convênio, pela impugnação do valor R$. 306.830,00 (trezentos e seis mil oitocentos e trinta reais), pela aplicação de multa ao responsável e pela recomendação ao administrador público maior rigor no cumprimento das normas vigentes

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos – Relator

O Convênio nº 104/2013 foi formalizado entre as partes em 21/03/2013 e publicado em 22/03/2013, portanto, dentro do prazo legal estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93, com a sua prestação de contas entregue a esta Corte de Contas dentro do prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011.

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3ª Inspetoria de Controle Externo, apresenta-se nos seguintes termos:

Valor do Convênio	R$. 306.830,00
Valor das Ordens Bancarias	R$. 306.830,00
Prestação de Contas	R$. 306.830,00

Assim, observa-se que a execução financeira está de acordo com as determinações legais, com os recursos financeiros devidamente aplicados, restando clara a sua regularidade e os documentos que instruem a prestação de contas do Convênio nº. 104/2013, atendem as disposições estabelecidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº.4.320/64, bem como as determinações contidas na Instrução Normativa TC/MS nº. 35/2011.

DISPOSITIVO

Assim, cumpridas as normas legais na formalização do convenio, na aplicação dos recursos e na prestação de contas ao Tribunal; observada a análise técnica e o parecer do Ministério Público de Contas, VOTO:

I - pelo julgamento da Prestação de Contas do Convênio nº 104/2013, celebrado entre o Município de Campo Grande e a Associação Clube de Mães Unidos Venceremos, como REGULAR, nos termos do art. 59, II, e 60 da Lei Complementar nº 160/2012;

II - pela COMUNICAÇÃO do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator pela regularidade da Prestação de Contas do Convênio n. 104/2013.

Presidência e relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Tomaram parte no julgamento o Exmo. Sr. Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral e o Exmo. Sr. Conselheiro-Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel.

Presente o Exmo. Sr. José Aêdo Camilo, Procurador de Contas.

Campo Grande, 12 de setembro de 2017.

Conselheiro **JERSON DOMINGOS**

Relator

GAB URL
SETAC APC/DSSM